

EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

## **De onde vem e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros**

Leonardo da Silveira Ev<sup>1</sup>

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo<sup>2</sup>

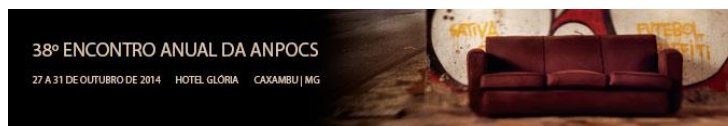
### **Resumo:**

Partidos políticos são atores essenciais no jogo político das democracias contemporâneas. O atual sistema partidário brasileiro é composto de 32 partidos registrados no TSE. Destes, aproximadamente 60% podem ser enquadrados como pequenos partidos e/ou partidos nanicos. Estas legendas vêm alcançando nas últimas décadas um número sempre maior de votos e cargos eletivos. Apesar disso, elas têm recebido pouca atenção da ciência política brasileira. O presente trabalho tem como objetivo expandir o conhecimento ainda incipiente sobre os pequenos partidos brasileiros. Com base nas votações obtidas por eles nas eleições no período de 1998 a 2012 (nacionais e locais) o estudo irá analisar o crescimento eleitoral destes partidos e a origem geográfica dos votos que eles têm obtido. A partir desses dados será possível apresentar uma primeira impressão sobre o peso que eles têm adquirido ao longo desse período, bem como a sua influência no sistema político brasileiro. Ademais, será também possível identificar a existência de um padrão de atuação (preferência por competir em arenas e regiões e por cargos específicos) por parte destes partidos e quais deles têm obtido maior sucesso com suas estratégias eleitorais nos últimos pleitos. A análise dos dados possibilita também uma compreensão de uma forma mais ampla do sistema partidário brasileiro como um todo, posto que elucidar a forma como se dá a inserção destas legendas no jogo de forças partidário tendo como plano de fundo sua expansão eleitoral e, portanto, o incremento de sua força política nos vários níveis de governo.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral;



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

## 1 - Introdução

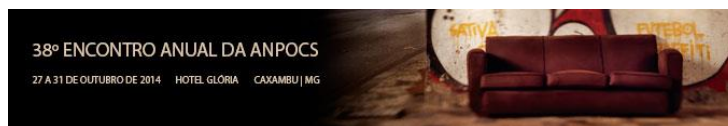
Mais de três décadas se passaram desde que o bipartidarismo, que caracterizou o sistema partidário brasileiro nos anos da ditadura militar, foi extinto pela entrada em vigor da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) em 1979. De lá para cá, o sistema partidário brasileiro tem experimentado um processo contínuo de multiplicação de legendas. Tal processo intensificou-se a partir da entrada em vigor da Lei nº 9096 em setembro de 1995, a Lei dos Partidos Políticos, que extinguiu uma série de dispositivos contidos na LOPP que impunham grandes dificuldades e exigências para a formação de um partido (RIBEIRO, 2013). No arco de 35 anos que nos separam do advento da LOPP, o Brasil saiu de 2 partidos para um total de 32 atualmente registrados no TSE, isto é, algo como se um partido novo fosse criado a cada ano e caso fossem considerados aqueles que tiveram vida breve e que não mais existem, tal proporção certamente aumentaria. Com efeito, de acordo com Nicolau (1996), se tomarmos somente o período 1985 a 1995, surgiram mais de 70 partidos no país, destes a maioria acabou se extinguindo e um número menor se fundiu, ou mudou de nome, sendo relativamente poucos aqueles que lograram se consolidar.

Para além das considerações acerca da quantidade de partidos, outro questionamento que cabe ser feito diz respeito à natureza das legendas que têm se multiplicado no país nesse período. Tomando como referência o desempenho eleitoral dos partidos brasileiros pode-se facilmente notar que há um grupo que claramente não apresenta grande êxito no que diz respeito a obter representação na esfera federal de poder. Os chamados pequenos partidos, ou nanicos, constituem uma parte considerável do nosso sistema partidário (cerca de 60%)<sup>3</sup> e, a pesar de seu fraco desempenho individual em eleições para a Câmara dos Deputados, têm apresentado crescente participação no percentual total de votos.

Embora correspondam à maior parte dos partidos no Brasil, os nanicos têm, até agora, recebido pouca atenção da ciência política brasileira. Com exceção de alguns poucos estudos, dentre os quais os mais expressivos são o de Dantas e Praça (2010), que aborda as coligações feitas pelos pequenos partidos em eleições municipais e de Lacerda e Moura (2010) que analisam os pequenos partidos de esquerda, não há publicações destinadas especificamente a este tema. Em parte, essa lacuna se deve à falta de uma definição clara do que é um pequeno partido no Brasil. Tal questão implica no estabelecimento de um critério que aponte o que vem a ser um partido de força relevante no sistema político brasileiro a partir do qual se possa também identificar quais são as legendas de menor força relativamente aos grandes. Essa questão pode ser

---

<sup>3</sup> Para fins de contagem, foram considerados também o Partido Pátria Livre (PPL), o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o Partido Ecológico Nacional (PEN) e o Solidariedade (SDD). Tais partidos não farão parte, contudo, da análise compreendida aqui devido ao seu pouco tempo de existência.



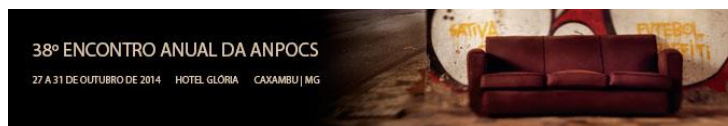
EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

abordada a partir de várias perspectivas diferentes, afinal, o que faz um partido pequeno? Seu número de filiados? A quantidade de diretórios? A quantidade de cargos que possui? Os setores da sociedade aos quais é ligado? Sua votação?

Como se vê, todo critério adotado terá, inevitavelmente, certo grau de aleatoriedade. Conscientes disso, optamos aqui por enfatizar a última dimensão citada, isto é a quantidade de votos, em particular nas esferas federal e municipal. Essa opção se justifica, em parte por ser esta a dimensão que mais caracteriza os partidos brasileiros. Com base nesse traço, temos uma definição de partido como um grupo que tem o intuito de acumular votos para a conquista do poder (DOWNS, 1999). A literatura tem sido quase unânime em afirmar que nossos partidos possuem, em geral, baixo grau de institucionalização, pouco enraizamento social, baixa identificação por parte do eleitorado, baixa capilaridade e grande incipiência programática e ideológica (LAMOUNIER, 1992; KINZO, 1993; MAINWARING & SCULLY, 1994; REIS, 1995; CARREIRÃO & KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2007; BAQUERO & LINHARES, 2011), atuando muito mais como máquinas eleitorais (SCHUMPETER, 1961; DOWNS, 1999) a serviço de lideranças políticas em busca de cargos e recursos. Ou como afirma Rodrigues:

O multipartidarismo brasileiro não é a expressão, no plano partidário, de conflitos decorrentes de uma marcada segmentação social, política, religiosa, étnica ou ideológica existente no interior da sociedade. (Rodrigues, 1995, p.89)

Assim, nosso critério enfatiza aquela que é a principal função desempenhada por nossas legendas, a disputa de cargos. Ademais, ainda que um partido possa influenciar o sistema político por outros meios (SARTORI, 1976) é através da conquista de cargos que ele consolida e aumenta seu poder. Quanto menor a capacidade de exercer poder, menor será o partido frente aos demais. Serão, portanto, considerados como pequenos aqueles partidos que nas quatro últimas eleições para a Câmara dos Deputados (1998, 2002, 2006, 2010) obtiveram uma votação inferior à 2,5% dos votos válidos em pelo menos duas delas. A escolha do percentual de corte é de natureza empírica. Ao analisarmos a votação dos partidos brasileiros, essa parece ser a quota que delimita um grupo considerável de partidos do qual não fazem parte aqueles de grande relevância para o sistema político brasileiro, isto é, aqueles que possuem pouca capacidade de exercer impacto sobre as decisões de mudança do *status quo*. A opção por considerar mais de uma eleição visa dar mais estabilidade ao critério e evitar a inclusão ou



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

exclusão de partidos que porventura tenham obtido votações excepcionais em apenas uma eleição.

Dessa forma, estão incluídos nessa análise os seguintes partidos: PCB, PCO, PHS, PMN, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSOL, PSTU, PTC/PRN, PTdoB e PTN. Nas próximas páginas faremos uma apreciação da configuração destes novos partidos descrevendo as suas votações e sua presença nas eleições para a Câmara dos Deputados e para as prefeituras. Esta primeira análise destes dois cargos se justifica, pois Melo (2013) apresenta a correlação entre a presença de um partido em uma prefeitura e a sua votação para a Câmara dos Deputados. Para uma análise longitudinal vamos apresentar a evolução das votações que esses partidos receberam nas últimas eleições (1998, 2006, 2010 para a Câmara dos Deputados; 2000, 2004, 2008, 2012 para as prefeituras). Ao final, faremos um balanço da análise buscando apontar as diferenças nos resultados obtidos pelos partidos e quais perspectivas elas colocam para seu futuro do ponto de vista eleitoral.

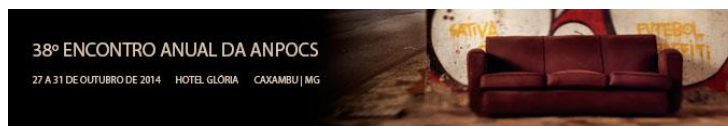
### **Os pequenos partidos brasileiros nas eleições**

As características mais evidentes do sistema político brasileiro com sua combinação de presidencialismo, federalismo, representação proporcional, lista aberta, distritos com magnitudes entre média e alta e a possibilidade de coligações aumentam consideravelmente a sua permeabilidade à entrada de uma ampla gama de partidos. Com efeito, muito se tem responsabilizado o arranjo institucional nacional pela grande fracionalização de nosso sistema partidário.

Deve-se ater também a outros incentivos institucionais para a existência de um sistema com tantos partidos políticos. As Leis dos Partidos Políticos brasileira possuíram incentivos para a criação de legendas, o primeiro destes diz respeito à exclusividade de lançamento de candidaturas a cargos eletivos. Este mecanismo garante aos partidos grande poder de barganha, já que os tornam entes exclusivos para a realização da representação formal. O que por consequência leva à necessidade de se fazer parte de um partido, para disputar uma eleição. O segundo incentivo à difusão de partidos são os requisitos que são necessários para a sua constituição. Para a criação de uma legenda são necessárias: a coleta de assinatura de apenas 0,5% de eleitores correspondentes a última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço dos estados brasileiros<sup>4</sup>. Está é uma barreira considerada baixa para a

---

<sup>4</sup> § 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles. (Lei 11.459)



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

constituição de um partido, não impondo grandes restrições à formação de partidos novos.

A lei partidária no Brasil garante que os partidos ao serem fundados já tenham acesso a recursos financeiros e institucionais vitais para sua manutenção. Como recurso financeiro para o custeio da sua máquina o partido tem acesso ao Fundo Partidário<sup>5</sup>, que segundo a legislação informa que os recursos do fundo partidário serão distribuídos seguindo a norma segundo a qual 5% dos recursos serão igualmente distribuídos entre todos os partidos que possuem registro no TSE e os outros 95% terão sua distribuição pautada pela votação que os partidos alcançarem<sup>6</sup>. O segundo recurso é indireto, trata-se do acesso ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). O HGPE é o principal mecanismo de propaganda política no Brasil, utilizado para a divulgação do partido, bem como, para a negociação de aliança com outros partidos durante as eleições.

Quanto aos recursos institucionais, o partido ao se constituir como uma legenda e alcançar assento nos legislativos possui acesso aos órgãos que controlam as decisões legislativas no Brasil: o Colégio de Líderes e a Mesa Diretora (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999:2007). Esse acesso possibilita ao partido engajar-se em negociações que lhe favorecem, além de permitir o acesso a recursos para a patronagem. O compendio desses incentivos pode ser expresso da seguinte forma: para se lançar a um cargo eletivo no Brasil é necessário pertencer a um partido político. Desta feita, o político é levado a duas possibilidades: aderir a um partido já existente ou fundar um novo partido. Caso decida pela segunda opção, quais os incentivos ele teria para forjar uma nova legenda? Em primeiro lugar, o recurso financeiro (Fundo Partidário) para a manutenção de sua máquina e realização de propaganda; em segundo, o tempo de televisão para a divulgação de sua candidatura e para futuras negociações de apoio e em terceiro, o acesso à arena decisória. Somada a existência de um amplo jogo com múltiplas arenas de competição e, por conseguinte, um amplo cardápio de cargos<sup>7</sup> para nossas legendas disputarem, multiplicando suas chances (MELO, 2010). Assim, criar

---

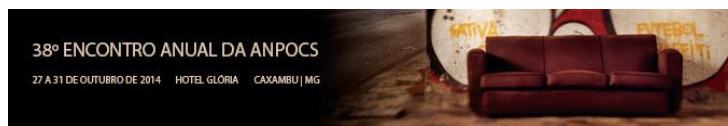
<sup>5</sup> “Art. 38. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por:

I - multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;  
II - recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual;  
III - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;

IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.” (Lei 11.459)

<sup>6</sup> Lei 11.459 foi responsável pela alteração na distribuição dos recursos. O valor anterior era de 1% para todos os partidos e 99% para a distribuição por resultado eleito

<sup>7</sup> O Brasil possui mais de sessenta mil cargos eletivos em disputa, com eleição do Presidente, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores;



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

um partido político é uma jogada interessante e de custos relativamente baixos no jogo político brasileiro.

Apresentada essa possibilidade, devemos nos dedicar à análise das estratégias que estes partidos podem adotar. Como diagnosticado anteriormente, o sistema político brasileiro é disperso e composto por muitas entradas, o que possibilita que os diferentes partidos adotem estratégias distintas para cada tipo de arena, tendo em vista que as dinâmicas de competição mudam entre elas e que há maior ou menor permeabilidade em cada uma delas.

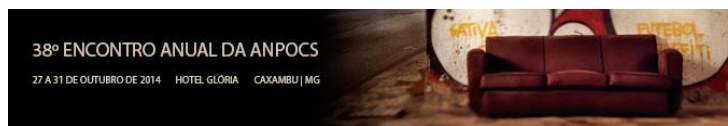
No caso específico das pequenas legendas, tal possibilidade é crucial para sua sobrevivência política. Dispondo de um volume comparativamente pequeno de recursos, pois recebem uma quantia menor do fundo partidário e têm pouco tempo de TV, seu cálculo estratégico deve levar em consideração essa realidade que não lhes permite a disputa por cargos na mesma proporção em que o fazem as grandes e médias legendas. Dessa forma, uma questão de suma importância para os pequenos partidos é a escolha de onde competir para maximizar suas chances e de quais alianças costurar.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, os partidos se vêem diante de uma disputa organizada em 27 distritos correspondentes aos estados brasileiros mais o Distrito Federal com diferentes níveis de magnitude em cada um deles, podendo ir de 70 a 8 assentos por distrito<sup>8</sup>. O sistema é proporcional de lista aberta e os partidos podem fazer coligações, o que altera o cálculo do quociente eleitoral, em geral no sentido de possibilitar um melhor desempenho de partidos menores, quando coligados a partidos maiores.

Nas quatro eleições nacionais ocorridas no período 1998-2010, é possível notar a grande variação no que se refere à obtenção de votos entre os pequenos partidos. Nos casos analisados encontram-se legendas que apresentam votação comparativamente baixa e pouco ou nenhum crescimento ao longo do tempo (PCO, PCB, PSTU, PTN, PRTB, PSL, PSDC e PRP) e outras que têm aumentado sua votação e atingido índices mais elevados de apoio eleitoral (PSC, PRB, PMN, PHS, PSOL, PTdoB e PTC/PRN). A Tabela 1 mostra os resultados por partidos.

---

<sup>8</sup> A distribuição do número de cadeiras é definida pelo número de eleitores que o distrito possui, observando o número máximo de deputados de 513 e as magnitudes mínimas de 8 e de máxima 70. Estes números máximo e mínimo geram um problema de desproporcionalidade, já que um voto em alguns dos estados com um menor número de eleitores tem um poder maior que os de estados com um número maior de eleitores. O estado de São Paulo apresenta este problema de representatividade, já que teria direito a um número maior de deputados. Em 2013 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou a revisão do número de cadeiras em alguns estados (com base no Censo 2010), no entanto, os limites ainda geram o problema apontado acima;

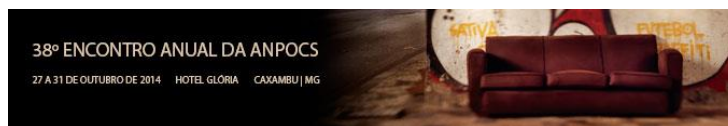


EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

<b>Tabela 1: Percentual de Votos dos Pequenos Partidos para a Câmara dos Deputados (1998 – 2010)</b>				
<b>Partido</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
PCO	0,01	0,03	0,03	0,01
PCB	0,07	0,05	0,07	0,06
PSTU	0,28	0,18	0,11	0,1
PTN	0,1	0,14	0,16	0,19
PSDC	0,09	0,22	0,38	0,2
PRP	0,38	0,29	0,25	0,31
PRTB	0,08	0,35	0,19	0,32
PSL	0,22	0,47	0,26	0,51
PTC/PRN	0,08	0,09	0,87	0,61
PTdoB	0,33	0,19	0,33	0,67
PHS	0	0,34	0,47	0,79
PMN	0,54	0,32	0,94	1,13
PSOL	-	-	1,18	1,17
PRB	-	-	0,26	1,79
PSC	0,67	0,58	1,87	3,11
Total Percentual	2,85	3,25	7,37	10,97
Total de Votos	1.898.102	2.845.372	6.867.711	10.763.833

Fonte: TSE

Outro dado relevante mostrado na tabela diz respeito ao percentual total de votos que esses partidos juntos têm obtido em relação aos demais que saltou de 2,85% para 10,97% dos votos válidos agregados. Este crescimento de 8,12% é expressivo, sobretudo quando considerado o intervalo de tempo de apenas 12 anos em que ocorreu e a constância com que ele se deu eleição após eleição. Tal evolução mostra que, diferentemente de muitas legendas que tiveram vida breve, parte dos atuais pequenos partidos têm conseguido se manter na disputa e obtido resultados interessantes a despeito das dificuldades com que se deparam. Esse desempenho tem se refletido também no aumento do número de candidatos que eles logram eleger para a Câmara dos

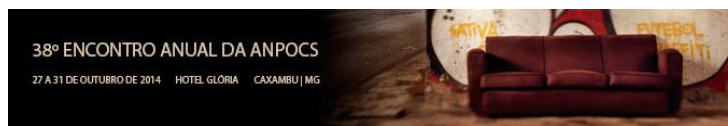


EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

Deputados. Conforme os dados apresentados na Tabela 2 demonstram, os pequenos partidos elegeram juntos em 2010 um número de deputados mais de oito vezes superior ao que haviam elegido nas eleições de 1998. Merece destaque a comparação do pleito de 2010 com o de 2006, imediatamente anterior, em que a quantidade de cadeiras obtidas praticamente dobra. Ou seja, um aumento total de quase 100% de cadeiras obtido com um incremento de pouco mais de 3% nos votos em nível nacional.

Uma parte considerável desta evolução pode ser creditada ao PSC que, dentre as legendas analisadas, é a mais bem sucedida do ponto de vista eleitoral. Juntamente com o PMN, ele é o único que tem garantido presença no Congresso Nacional desde 1998 e, ao longo do período analisado, quadruplicou sua votação e aumentou em mais de 8 vezes sua bancada na Câmara. Em situação completamente diferente encontram-se os pequenos partidos de esquerda, exceção feita ao PSOL, os únicos da lista que nunca conseguiram aumentar substancialmente sua votação nem eleger algum candidato para o legislativo nacional. No caso do PSOL, particularmente, o partido se beneficiou de ter sido fundado por ex-integrantes do PT, alguns dos quais já possuíam uma consolidada carreira parlamentar e atraíram setores da militância desse partido para suas bases, o que lhes garantiu um apoio importante, já no início de sua trajetória.



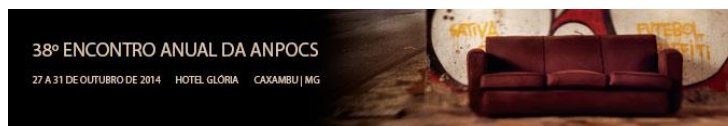


EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

<b>Tabela 2: Número de Cadeiras Obtidas pelos pequenos partidos na Câmara dos Deputados (1998-2010)</b>					
	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>Total Geral</b>
PCB	0	0	0	0	0
PCO	0	0	0	0	0
PHS	0	0	2	2	4
PMN	2	1	3	4	7
PRB	1	0	1	7	9
PRP	0	0	0	2	2
PRTB	0	0	0	2	2
PSC	2	1	9	17	29
PSDC	0	1	0	0	1
PSL	0	1	0	1	2
PSOL	0	0	3	3	6
PSTU	0	0	0	0	0
PT do B	0	0	1	4	5
PTC/PRN	0	0	3	1	4
PTN	0	0	0	0	0
<b>Total Geral</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>22</b>	<b>43</b>	<b>71</b>

Fonte: TSE

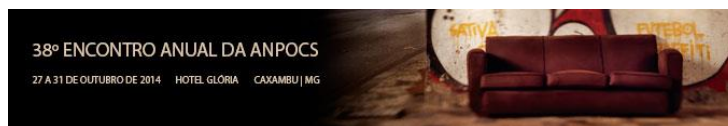
O padrão verificado para a votação e obtenção de cadeiras na Câmara se repete *grossa modo* para a participação destes partidos nas eleições municipais de 2000 à 2012. Novamente os partidos selecionados se dividem em duas categorias: entre aqueles que aumentam sua votação de um pleito para o outro, e aqueles que se mantêm “estacionários” sem conseguir ampliar seu apoio. Com poucas diferenças, os grupos são compostos pelos mesmos partidos que estavam divididos quanto ao desempenho para a Câmara dos Deputados. Há que se ressaltar que o crescimento eleitoral agregado dos pequenos partidos para as prefeituras não se dá no mesmo ritmo daquele verificado para a Câmara dos Deputados, algo que se explica, em parte, pelo “grande esforço organizacional de expansão territorial do partido” (PANEBIANCO, 1995) envolvido na disputa por prefeituras. Isto é, para ampliar sua votação e a obtenção de cargos a legenda tem que criar diretórios e comissões provisórias em novos municípios e neles se



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

habilitar a concorrer ao cargo. Ao longo dos 12 anos cobertos pela análise aqui empreendida, o crescimento eleitoral dos nanicos na disputa pelas prefeituras tem tido, no agregado, uma evolução mais estável com os valores variando numa progressão quase aritmética de uma eleição para outra, partindo de 2,28% do total nacional de votos em 2000 para 9,5% em 2012. Individualmente nenhum partido se destaca por uma ascensão particularmente forte e há mais “percalços” na trajetória de alguns deles com quedas de votação em relação às eleições prévias.

No que concerne à conquista de prefeituras, um número maior de partidos consegue obtê-las, ainda que com grande variação. Devido à característica federalista brasileira e à existência de 5.564 municípios (dos mais variados tamanhos), o acesso a essa primeira fase do poder é de mais fácil entrada. A Tabela 3 apresenta os dados de votação para as prefeituras dos partidos analisados neste trabalho.

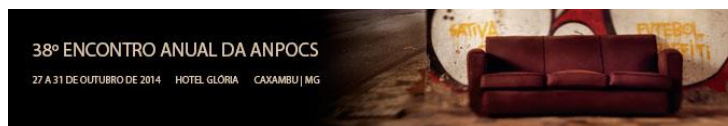


EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

<b>Tabela 3: Percentual de votos dos pequenos partidos para a prefeitura (2000 – 2012)</b>				
Partido	2000	2004	2008	2012
PCO	0,02	0,04	0,01	0,0
PCB	0,01	0,02	0,06	0,04
PSTU	0,12	0,19	0,08	0,17
PTN	0,05	0,15	0,18	0,34
PSDC	0,16	0,39	0,24	0,22
PRP	0,22	0,47	0,19	0,39
PRTB	0,08	0,25	0,2	0,31
PSL	0,35	0,34	0,2	0,28
PTC/PRN	0,03	0,33	0,19	0,4
PTdoB	0,18	0,23	0,22	0,29
PHS	0,17	0,45	0,33	0,3
PMN	0,26	0,43	0,67	0,56
PSOL	0	0	0,8	2,33
PRB	0	0	1,53	2,52
PSC	0,63	0,55	1,02	1,32
Total Percentual	2,28	3,84	5,92	9,47
Total Votos Naticos	1926601	3658976	5892126	9656829
Total votos Brasil	84.500.022	95285844	99529154	101972854

Fonte: TSE

A análise da Tabela 3 nos mostra o crescimento na votação que os partidos naticos vem conseguindo com o transcorrer das eleições na primeira eleição analisada (1998) eles alcançam um total de 2,28% dos votos dados aos prefeitos e na última (2012) já alcançam um total de 9,47% dos votos, ou seja, eles apresentam um crescimento maior que 400% em sua votação. O que já demonstra a sua maior participação eleitoral. O atual sistema partidário brasileiro está se consolidando como o mais longo da história, no entanto esta longevidade ainda não se apresenta como uma estruturação quando visto a partir das cadeiras mais baixas nas disputas eleitorais. Melo e Câmara (2013) afirmam que o jogo político dos grandes partidos brasileiros está se estruturando nacionalmente em torno da disputa da cadeira presidencial, todavia se



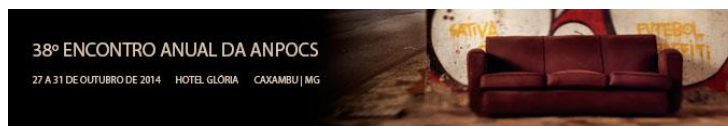
EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

observado pela ótica estratégica dos pequenos partidos essa estruturação pode não ser a mais precisa. Como os pequenos partidos não dispõem das ferramentas para a disputa e conquista da cadeira presidencial, e como já discutido anteriormente, a formação de novos partidos no Brasil é uma possibilidade viável, a estruturação da disputa para as cadeiras municipais e legislativas no Brasil necessita de uma maturação ainda não alcançada e é nesse terreno que os nanicos apostam suas fichas.

A Tabela 4 apresenta as prefeituras municipais conquistadas pelos partidos analisados neste artigo. O primeiro destaque que deve ser feito com base nesta tabela é quanto ao total de executivos que estes partidos conquistaram. Eles conseguem mais que dobrar o número de cadeiras alcançadas saindo de 117 prefeituras em 2000 e alcançando um total de 352 em 2012.

Prefeituras pequenos partidos (2000 – 2012)				
Partido	2000	2004	2008	2012
PCO	0	0	0	0
PCB	0	0	0	0
PSTU	0	0	0	0
PTN	2	5	16	12
PSDC	8	12	8	9
PRP	16	37	17	24
PRTB	4	12	11	16
PSL	26	25	15	23
PTC/PRN	3	16	13	19
PTdoB	6	23	8	25
PHS	6	26	13	16
PMN	14	31	42	42
PSOL	0	0	0	2
PRB	0	0	54	80
PSC	32	26	57	84

Fonte: TSE



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

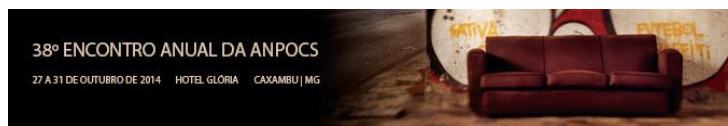
Apesar da alta variação entre os partidos políticos, a maior parte consegue aumentar o número de prefeituras conquistadas. O destaque negativo são os pequenos partidos de esquerda, dos quais somente o PSOL conseguiu conquistar prefeituras e, ainda assim somente duas. Curiosamente ele é, juntamente com o PTC que venceu a prefeitura de São Luis, o único outro partido dentre os incluídos nesta análise a ter vencido em uma capital, Amapá. Novamente o PSC se destaca com 84 prefeituras em 2012, além dele, o PRB também possui um número relativamente elevado de municípios em relação aos demais, 80.

A comparação entre o desempenho dos diversos partidos nanicos nos níveis municipal e nacional levanta um questionamento acerca de uma conexão entre os dois níveis. Melo (2013) ao analisar o PMDB, apresenta que existe uma correlação entre as votações das prefeituras comandadas pelo partido e a origem dos votos que este conquista para a Câmara dos Deputados, esse comportamento se repetiria na outra ponta do sistema partidário? Poderia haver fatores que influenciam seus resultados e que sejam, de algum modo apreensíveis a partir análise da forma como tais legendas se organizam e adotam suas estratégias? Ou, em outras palavras, o que tais legendas têm feito para enfrentar os desafios eleitorais que lhes são impostos por sua dimensão comparativamente menor e pelo ambiente institucional em que operam? A próxima seção do artigo tentará lançar uma primeira luz nestas indagações.

### **Organização e estruturação interna**

Um dos principais desafios postos aos pequenos partidos diz respeito justamente às barreiras organizacionais que lhes condicionam o crescimento eleitoral nos municípios e, por conseguinte nas demais esferas de disputa por cargos no Brasil. Em grande medida, esses partidos são pequenos devido à sua escassa presença no território nacional. Assim, convém analisar como tem ocorrido esse processo de expansão partidária nos municípios brasileiros e entender se há padrões de regularidade que os diferenciam entre si.

Segundo Panebianco (1995) a expansão territorial de um partido pode ocorrer essencialmente de duas formas: penetração ou difusão. O primeiro caso ocorre quando um “centro decisório” controla, estimula e dirige o desenvolvimento da “periferia”, isto é, a formação das instâncias locais intermediárias do partido. O segundo caso ocorre em contextos nos quais o desenvolvimento se dá por “germinação espontânea” onde elites locais se reúnem e constroem associações partidárias que somente depois são aglutinadas no nível nacional. Ainda segundo o autor, os partidos tenderão a apresentar ambas as formas de expansão, mas uma será predominante sobre a outra. Tal distinção é de grande relevância, pois gera importantes consequências para forma como um partido se insere no sistema político. Legendas que se desenvolvem por difusão têm seu



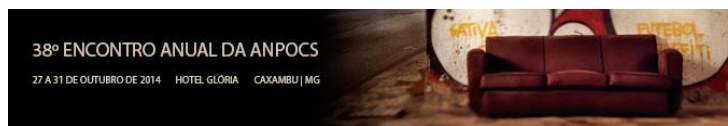
EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

processo de formação de lideranças mais tormentoso e complexo devido à existência de um número considerável de líderes locais, que surgiram de maneira autônoma que controlam suas próprias instâncias partidárias locais e que, portanto, podem aspirar à liderança nacional do partido. Partidos onde predomina a penetração tendem a ser, por outro lado, muito mais coesos e manejáveis, pois o protagonismo do “centro” tende a garantir o controle da instância nacional sobre a local, o que se traduz em maior margem de manobra por parte da primeira.

No Brasil, a literatura tem voltado recentemente sua atenção para esta dimensão de análise das agremiações partidárias. Braga e Silveira (2012) analisam a presença territorial de todos os partidos brasileiros a partir de dados do TSE coletados em 2011. Eles apontam uma diferença no perfil de expansão de bases locais entre partidos grandes ou médios e partidos pequenos. Enquanto os primeiros tiveram uma expansão da cobertura territorial mais rápida que a expansão no número de filiados, os segundos apresentam uma trajetória quase linear em que a expansão territorial e o aumento no número de filiados avançam *pari passu*. Isso evidencia a forte dependência de trajetória dos elementos que separam partidos grandes e pequenos. Ademais, a autora demonstra a existência de grandes diferenças organizacionais entre esses partidos, enquanto os grandes tendem a ser mais descentralizados e consolidados, os pequenos são mais fluidos e centralizados. Na mesma linha, Guarnieri (2011) chama atenção para a “fraqueza” organizacional dos partidos brasileiros. Ele analisa a proporção de comissões provisórias municipais (CP’s) por diretórios municipais dos principais partidos do Brasil e revela que a maioria deles prefere manter as precárias comissões à institucionalizá-las em diretórios. Isso garante aos dirigentes partidários nacionais um grande controle sobre os braços locais de suas legendas, conforme observa o autor:

As implicações disto [o elevado número de comissões provisórias] para o controle partidário são claras: como são os dirigentes partidários que controlam as comissões provisórias, são eles também que escolhem os delegados às convenções. Quando comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos. (Rodrigues, 1995, p.89)

Para além do controle dos votos, as comissões provisórias são também mais facilmente manipuláveis, pois os diretórios estadual ou nacional podem, caso queiram, nomear interventores e mesmo dissolvê-las. Assim, a proporção de comissões provisórias por diretórios é um bom indicador do grau de fragilidade organizacional de



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

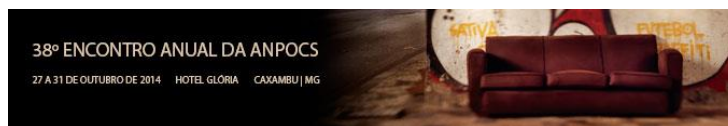
um partido e do quão centralizado é o seu processo decisório interno. Conforme demonstrado na Tabela 5, nas legendas aqui analisadas há uma fortíssima predominância de CP's nos municípios em detrimento dos diretórios. Isso sugere, na linha da argumentação de Panebianco, que essas legendas operam com alto grau de liberdade no sistema políticos, pois seus diretórios nacionais são soberanos e podem interferir nas decisões relativas ao jogo político-eleitoral municipal com grande autonomia. Além disso, como atesta Guarnieri, partidos mais centralizados têm maior probabilidade de formar coalizões em detrimento de lançar candidaturas com poucas chances de vitória.

<b>Tabela 5 - Organização territorial dos pequenos partidos brasileiros em municípios</b>				
Partido	CI+CPs*	Diretórios	Total	Percentual de CP's
PCO	31	12	43	72,1
PCB	105	2	107	98,1
PSTU	18	70	88	20,5
PTN	1502	17	1519	98,9
PSDC	380	111	491	77,4
PRP	1567	42	1609	97,4
PRTB	1567	42	1609	97,4
PSL	1140	214	1354	84,2
PTC/PRN	826	26	852	96,9
PTdoB	1615	152	1767	91,4
PHS	883	170	1053	83,9
PMN	1458	19	1477	98,7
PSOL	423	133	556	76,1
PRB	2891	6	2897	99,8
PSC	3003	252	3255	92,3

Fonte: TSE

\* Somatório de Comissões Permanentes e Comissões Interventoras.

As implicações disso para nossa análise são significativas, pois sugere que os pequenos partidos podem atuar de maneira altamente estratégica no cenário político brasileiro, utilizando-se dessa autonomia para maximizar votos e cargos de acordo com seu diagnóstico do cenário eleitoral. O que pode indicar o domínio de lideranças



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

nacionais sobre os partidos. Os grandes partidos por possuírem maiores recursos e maquina podem e se estruturar de forma a garantir que esta se expresse e se organize, já no caso dos “nanicos” o recurso é em menor escala o que torna relevante a necessidade de um controle mais forte, de maneira a poder maximizar os poucos recursos que eles dispõem.

Outra vertente que se deve analisar é a observada por Socorro e Silva (2012), que apontam que as bases territoriais servem tanto como recurso de poder interno, quanto como mecanismos de articulação de alianças no nível local visando objetivos nacionais. O que poderia explicar, em parte, tanto o crescimento eleitoral desses partidos, que se tem verificado nos níveis nacional e municipal, como a própria forma como se configura sua distribuição no território brasileiro. Já que ao servir para alianças estratégicas, podem conseguir superar a barreira eleitoral brasileira e com isso alcançarem os cargos eletivos. O domínio “forte” de um centro facilitaria a mobilização de sua maquina partidária, mesmo que pequena, no sentido de uma coligação ou não que favoreça a estratégia do partido, possibilitando o seu crescimento eleitoral ou somente a divulgação de uma política.

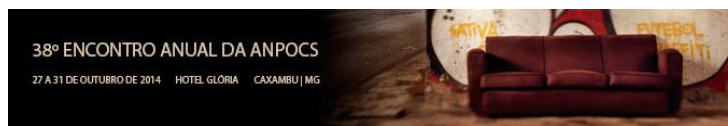
Na próxima seção analisamos a forma como esses partidos estão distribuídos nos municípios brasileiros de acordo com a magnitude do distrito para a Câmara dos Deputados e levantamos hipóteses que conectem essa distribuição com os diferentes graus de sucesso eleitoral dessas legendas.

### **Distribuição Territorial e Desempenho Eleitoral**

Pequenos partidos têm de se haver com uma realidade de recursos comparativamente mais escassos no sistema político brasileiro. A decisão acerca da expansão territorial comporta para eles, portanto, uma complexidade maior do que o que ocorre com os grandes e médios partidos. Vimos que eles apresentam um perfil de organizações altamente centralizadas, o que lhes garante bastante autonomia decisória e de planejamento de sua estratégia, inclusive no que tange o controle sobre os órgãos municipais, bem como da forma como se dará sua expansão territorial, nesse caso, muito mais por processo de penetração do que de difusão. Tendo-se em vista o crescimento eleitoral de alguns destes partidos nos últimos anos, sobretudo nas eleições para a Câmara dos Deputados, o questionamento que emerge é: em que medida isso pode estar relacionado à organização de tais legendas no Brasil?

Um primeiro dado a ser examinado diz respeito à maneira como os órgãos municipais dos nanicos estão distribuídos nos estados brasileiros. Cabe recordar que a legislação eleitoral no Brasil garante magnitudes distintas entre os Estados de acordo com a sua população, sendo a cota mínima para eles de 8 assentos. Para tornar a análise





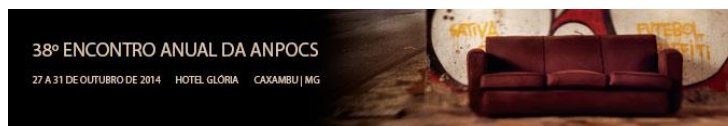
EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

empreendida aqui mais homogênea reduziremos as categorias de análise aglutinando os estados em três categorias de acordo com sua magnitude eleitoral, conforme indicado na tabela 6.

<b>Tabela 6: Divisão dos estados por magnitude</b>	
<b>Categoria de Magnitude</b>	<b>Estados</b>
Baixa (até 9 cadeiras)	AC; AL; AM; AP; DF; MS; MT; RN; RO; RR; SE; TO
Media (entre 10 e 18 cadeiras)	ES; GO; MA; PA; PB; PI; SC
Alta (22 ou mais cadeiras)	BA; CE; MG; PE; PR; RJ; RS; SP

Fonte: Elaborado pelos autores

A magnitude é o principal fator que, em última instância, define a permissividade eleitoral de um distrito. Isto é, quanto maior for a quantidade de assentos alocados em um distrito, menores serão as barreiras efetivas, isto é a quantidade de votos proporcionais necessárias para se obter uma cadeira no legislativo. Dessa forma, os estados pertencentes ao terceiro grupo indicado na tabela tendem a ser arenas mais fáceis para os pequenos partidos concorrerem, pois eles têm mais chances de obter cadeiras com menos votos. Já os estados que compõem o primeiro grupo imporão maiores dificuldades à representação de partidos menores. Conquanto a possibilidade de realizar coligações permita aos partidos menores “burlar” essa barreira ao se associarem a partidos maiores e aproveitarem de seus votos para o cálculo do quociente eleitoral, a magnitude segue sendo o principal fator redutor da permeabilidade do sistema eleitoral. Assim, partindo-se do pressuposto de que partidos querem maximizar cargos e votos, é razoável esperar que os pequenos partidos irão criar órgãos municipais preferencialmente em estados de maior magnitude, visando aumentarem sua competitividade e seu potencial de coalizão eleitoral. A tabela 7 mostra a proporção de organizações (o somatório de diretórios, comissões provisórias e comissões interventoras) municipais vigentes dos pequenos partidos por grupo de magnitude eleitoral.



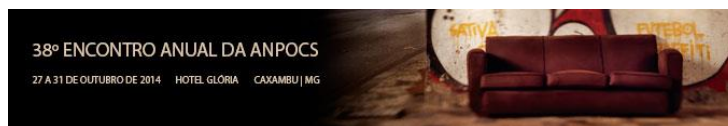
EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

Tabela 7: Percentual de Órgãos Municipais por Grupo de Magnitude (2014)			
Partido	Pequena	Média	Grande
PCO	0,0	18,6	81,4
PCB	33,6	5,6	60,7
PSTU	10,2	21,6	68,2
PTN	14,2	22,4	63,3
PSDC	26,7	27,1	46,2
PRP	23,6	21,6	54,9
PRTB	8,5	21,5	70,0
PSL	12,6	15,7	71,6
PTC/PRN	17,5	20,0	62,6
PtdoB	13,9	22,6	63,6
PHS	16,6	29,5	53,8
PMN	23,5	30,6	45,9
PSOL	11,7	17,8	70,5
PRB	19,4	22,4	58,2
PSC	16,6	22,7	60,6

Fonte: TSE

Conforme esperado, todos os partidos concentram seus diretórios municipais em estados de grande magnitude. Em alguns casos como o PCO, os grandes distritos correspondem a mais de 80% dos órgãos municipais. Exceção feita ao PSDC e ao PMN, todos os demais partidos possuem mais da metade de seus diretórios municipais em distritos de grande magnitude. Essa configuração sugere um comportamento altamente estratégico por parte dos partidos. Como a escolha de onde se estabelecer envolve, para os nanicos, um custo elevado, é natural que eles privilegiem arenas em que suas chances de ascender à esfera federal sejam maiores. Esse comportamento possibilita a compreensão de sua ascensão eleitoral nas últimas quatro eleições, na medida em que ele decorre, em boa medida, do aproveitamento da magnitude eleitoral desses distritos.

Na próxima seção iremos apresentar algumas consonâncias entre os partidos analisados, bem como algumas conclusões e desafios que o objeto aqui estudado ainda apresenta. Como a necessidade de estudos mais aprofundados e sobre outros pontos de análise.



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

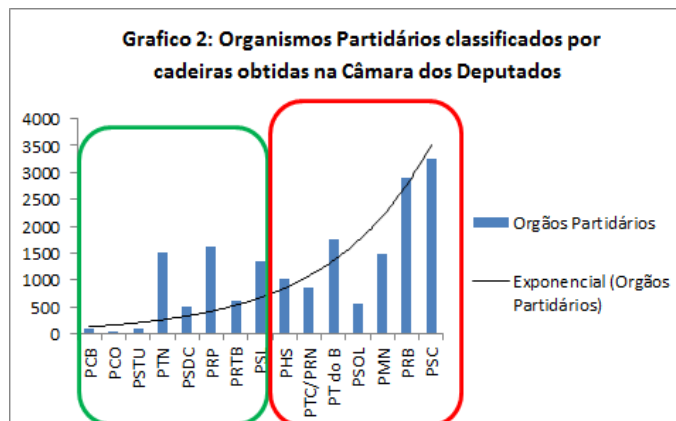
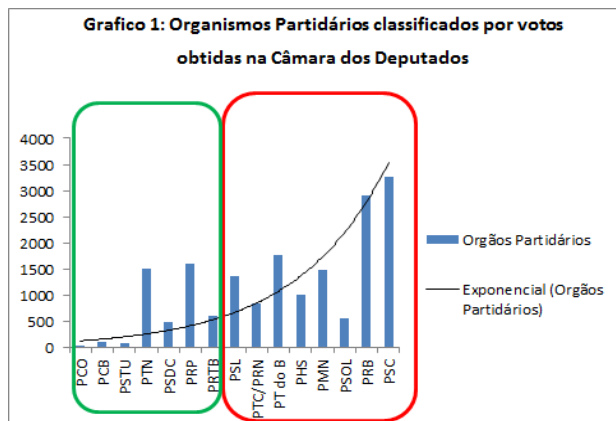
## **Análise exploratória dos dados e conclusões**

Nas seções anteriores apresentamos as informações globais dos partidos analisados neste estudo, como a configuração de sua máquina partidária e o seu desempenho eleitoral. Nesta seção iremos realizar uma primeira exploração dos dados de forma a fazer um esforço de compreensão das tendências de votação dos partidos nanicos. E com ele conseguir organizar este primeiro esforço de compreensão da origem e do percurso da votação das instituições aqui analisadas.

Como visto anteriormente, o sistema político brasileiro é bastante permissivo ao surgimento de novas agremiações partidárias e até as incentiva. Nesse sentido, é interessante constatar que os pequenos partidos estão apresentando a cada eleição uma maior conquista de votos e por consequência de cadeiras governativas. O trabalho também apresentou uma das vertentes da organização partidária que é a quantidade de Comissões Permanentes e Diretórios que estes partidos possuem, e as consequências que esta organização pode trazer para o partido e para a forma de sua atuação estratégica.

Deve se destacar aqui uma primeira reflexão sobre a presença e a conquista de cadeiras e votos. A teoria aponta que para a presença de organizações dos partidos ao longo do território nacional aumenta possibilidade de voto e cadeiras legislativas. Já que para se conquistar os votos é necessária a presença do partido na região e uma máquina partidária para trabalhar a favor. Melo (2013) apresenta a correlação entre a existência de organização partidária do PMDB e a sua conquista de votos. Os dados de Braga e Silveira (2012) apontam que os partidos que possuem a maior presença eleitoral são, por conseguinte os maiores partidos do sistema partidário. Para o trabalho aqui desenvolvido, deve-se comparar se a mesma tendência se confirma para os pequenos partidos. Os gráficos 1 e 2 apresentam os partidos organizados em forma do número de votos e cadeiras obtidos pelos partidos estudados respectivamente.

EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

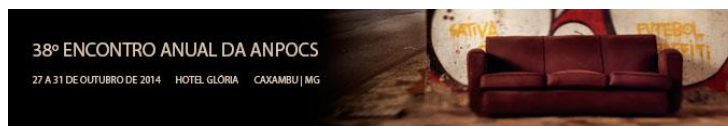


Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do TSE.

Os gráficos apresentam uma curva de tendência entre a presença do partido, número de organizações partidárias, e a conquista de votos e cadeiras. A análise dos dados dos gráficos indica que os pequenos partidos também estão submetidos a tendência dos grandes partidos, ou seja para a se ampliar de votos é necessária a presença de uma máquina partidária forte. No Gráfico 1, as legendas estão organizadas na ordem crescente de votação para a Câmara de acordo com o exponencial dos votos das eleições nacionais incluídas neste estudo. O grupo sinalizado em verde reúne aqueles partidos que não foram capazes de expandir significativamente sua votação ao longo desse período enquanto os partidos no quadro vermelho apresentaram incremento em sua votação. A despeito da oscilação na quantidade de diretórios, é possível notar que os partidos mais exitosos, expresso pelo exponencial da votação, são aqueles que têm um número considerável de órgãos. A exceção à regra é o PSOL, que como mencionando anteriormente é um partido formado por quadros históricos do PT que, ao saírem do partido, levaram consigo seu capital político anterior e parte dos votos advindos dele.

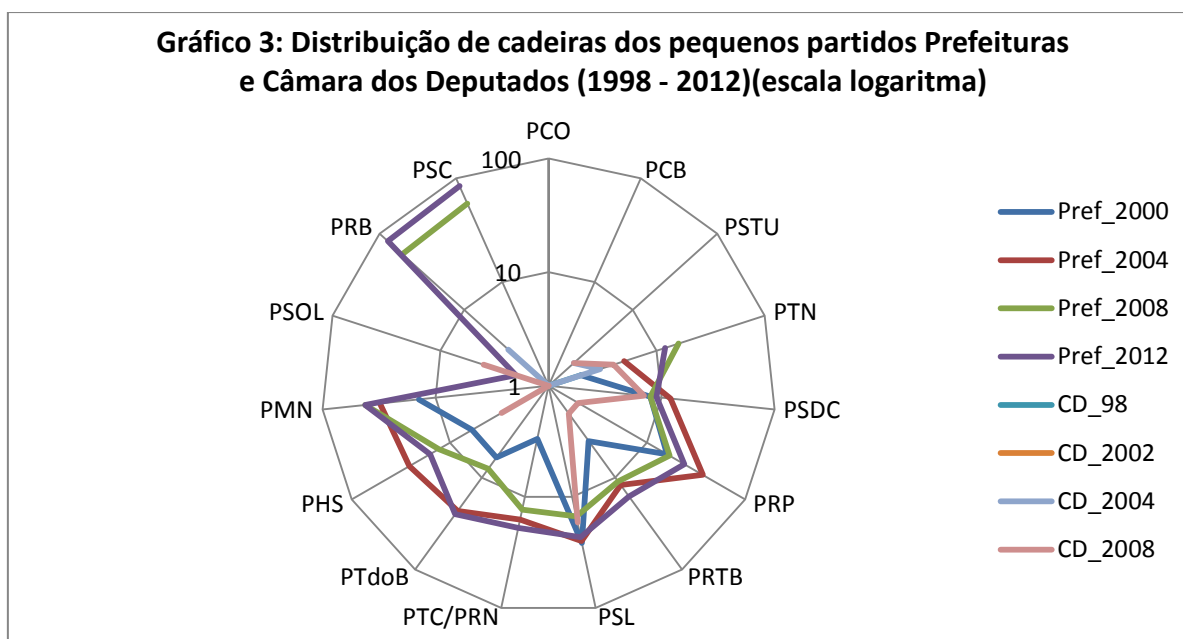
A mesma dinâmica se aplica à conquista de assentos na Câmara dos Deputados (gráfico 2). A diferença é que, nesse caso o efeito redutor da fórmula eleitoral atenua a evolução de alguns partidos, mas ainda assim, os mais exitosos são aqueles que possuem maior presença no território.

O outro dado é que existe correlação entre os votos conquistados no passado e os votos conquistados nas eleições futuras. O Gráfico 3 tem o intuito de explorar esta correlação. Como se pode perceber há uma proximidade entre a conquista de cadeiras entre as eleições. Um partido tende a conquistar um número de cadeiras muito próximo as cadeiras que ele possuía na eleição anterior. O que pode ser explicado, em parte, pela própria regra de distribuição dos recursos financeiros e de propaganda que a legislação brasileira prevê. Como a maior parte dos recursos distribuídos está relacionada com o

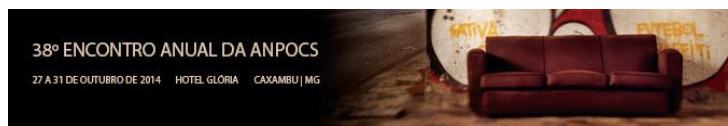


EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
 Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

desempenho eleitoral deles na eleição anterior, a conquista de cadeiras é um indicativo de conquista de recursos para a campanha seguinte. Ademais, um partido que possui cargos representativos possui maiores margens para realizar patronagem, que, como discutido por Meneguello (1998) e Melo (2013), reforça a importância da presença dos partidos em cargos governativos para a sua expansão. Ou seja, poder atrai poder, ou mais especificamente, a presença no poder atrai votos para a sua permanência no poder. E nesse sentido, o desafio de todo pequeno partido é manter seu quinhão de poder conquistado, por menor que seja, para se expandir a partir dele. Não é, portanto, de se estranhar que dentre o grupo de legendas estudado haja claramente um padrão de path dependence entre aquelas que desde cedo conseguiram expandir sua votação e os cargos obtidos e aquelas que permaneceram estagnadas.



Apesar do grande número de dados que arrolamos neste trabalho, ele é apenas um primeiro esforço para compreender os pequenos partidos brasileiros, as análises empreendidas exploram apenas os dados de votação e de estrutura dos mesmos. Acreditamos que para se compreender um partido político é necessário estudar mais que o seu desempenho eleitoral. Por isso, apesar do esforço realizado neste trabalho ainda restam perguntas importantes a serem exploradas sobre este instigante objeto. Quem são estes eleitores que votam nestes partidos? Quais as características de suas lideranças? Quais as consequências desta fragmentação para o sistema partidário e o sistema político brasileiro? Quais características da cultura política brasileira estão presentes nos partidos e no seu surgimento? Este é apenas um primeiro estudo no esforço de



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

compreensão dos partidos políticos nanicos. Estudos consequentes devem se deter em explicar este relevante, e cada vez maior como apresentado pelo aumento da sua votação, com mais variáveis e diferentes enfoques.

### Referencia Bibliográficas:

BAQUERO, Marcelo; Linhares, Bianca de Freitas . Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, Porto Alegre, 5, n.1: 89-114.201.

BRAGA, M.S., SILVEIRA, R. Organizacion, Territorio Y Sistema Partidario: Difusion Territorial De La Organizacion De Los Partidos Y Sus Potenciales Impactos Sobre La Estructura Del Sistema Partidario En Brasil. *America Latina Hoy*, 62, pp. 15-45, 2012.

DANTAS, H., PRAÇA, S. “Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais em 2000 a 2008”. In. KRAUSE, S. DANTAS, H. e MIGUEL, L.F. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D’Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *Dados*, 47 (1): 131- 168. 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*. Campinas, SP. v. 13, p. 307-339, 2007.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, São Paulo: EDUSP, 1999.

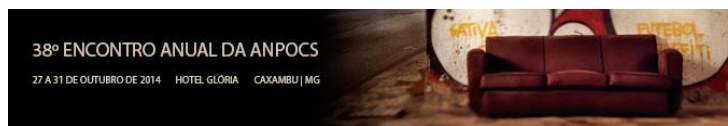
KINZO, Maria D’Alva G. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiftung.1993.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: FGV, 1999.

\_\_\_\_\_: Instituições Políticas e Governabilidade. Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: \_\_\_\_\_ MELO, Carlos R. & SAEZ, Manuel A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

GUARNIERE, F. A força dos partidos “fracos”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, p.235-258, 2011.

LACERDA, Daniel F.; MOURA, Pablo, As Razões da Esquerda Radical: eleições e organização partidária em um extremo ideológico. Trabalho apresentado no 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP 2010.



EV & MELO - De onde vem e como sobrevivem os nanicos?  
Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros

LAMOUNIER, Bolívar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1992.

MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. .A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Dados*, v. 37, n. 1, p. 43-79.1994.

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 1998/2001.

MELO, C. R. e CÂMARA, R. Estrutura de Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *Dados*, v.55, n. 1, 2012, pp.71-117.

MELO, Carlos Ranulfo. Eleições Presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4. Brasília, Julho-Dezembro de 2010.

MELO, Paulo Victor Teixeira Pereira. *O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, datilografado. 2013.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra. 1998.

NICOLAU, J. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido*. São Paulo, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REIS, Fábio Wanderley. *Os Partidos e o Regime: A logica do processo eleitoral brasileiro*. Edições Símbolo. 1978.

\_\_\_\_\_: Governabilidade, instituições e partidos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 41, p. 125-151.1995.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n°10, Brasília, p.225-265.2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 41, p. 78-90.1995.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 1976.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.